

# PFL e PDS se unem para derrotar proposta de soberania



Deputados e senadores conversam (ao fundo), enquanto o líder do PDS, Amaral Netto, discursa no plenário da Constituinte

## Tese é liquidada pela emenda do Planalto

CLÓVIS ROSSI  
Enviado especial a Brasília

Foi no quarto andar do Palácio do Planalto, onde funciona o Gabinete Civil da Presidência da República, que se elaborou a emenda ao Regimento da Constituinte que mata de uma vez a tese da soberania do Congresso constituinte.

A emenda palaciana foi encampada pelo PFL e prevê que apenas "fatos novos, notórios e concretos" que ameaçam o funcionamento da Constituinte poderão dar origem aos "projetos de decisão". Originalmente, uma parte do PMDB queria que os "projetos de decisão" funcionassem

como arrete para alterar a atual Constituição de uma maneira teoricamente ilimitada.

A ingerência do Planalto nos assuntos internos da Constituinte deve-se ao temor de que a Constituinte, armada dos "projetos de decisão", passe a co-governar o país, tese inadmissível para o governo.

A emenda do Planalto, assinada pelo PFL, será submetida ao PMDB. Se o partido majoritário não a aceitar, "vamos bater chapa", diz o líder pelefista José Lourenço, usando o jargão político para designar a votação de uma matéria quando não se consegue acordo.

A votação desnudará a verdadeira

face do PMDB, na medida em que, independentemente do juízo de valor que se faça da tese da soberania, o fato é que a batalha em torno dela se transformou numa disputa entre "conservadores" e "progressistas". A derrota da soberania, defendida pelos "progressistas", deixará clara a predominância dos "conservadores" no partido, como, de resto, já aconteceu em votações recentes.

"Temo que o PMDB mostre, na votação, uma face muito feia", diz o deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara e velho conhecido do PMDB, ao qual pertenceu até a legalização do PCB.

## Pelefistas querem suprimir 'projeto de decisão'

Da Sucursal de Brasília

Em duas emendas diferentes, os líderes do PFL no Senado e na Câmara, Carlos Chiarelli (RS) e José Lourenço (BA), respectivamente, atacam o parágrafo 7º do artigo 58 —que cria o "projeto de decisão", capaz de suspender a vigência de artigos da atual Constituição. Numa, os pelefistas simplesmente suprimem esse parágrafo. Na outra, determinam que "projeto de decisão" será "a proposição destinada a salvaguardar a Assembleia Nacional Constituinte, face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento".

O senador Virgílio Távora (PDS-CE) pediu também a supressão desse parágrafo. Os líderes do PDS no Senado e Câmara, Jarbas Passarinho e Amaral Netto, propuseram também a supressão do preâmbulo do substitutivo do Regimento Interno que afirmava a soberania do Congresso constituinte para suspender qualquer medida que pudesse impedir seu livre funcionamento. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) também pediu a supressão do parágrafo 7º do artigo 58.

Se há quem ataca esse parágrafo, há quem o defende com emendas abrandando suas restrições. Assim, o vice-líder do PT, José Genoino (SP), apresentou emenda propondo o rebaixamento do número mínimo de assinaturas para encaminhamento de um "projeto de decisão". Genoino limita o número de assinaturas a 35 constituintes. Pelo substitutivo, são necessários 187 parlamentares.

### Pontos polêmicos

Além da soberania, são os seguintes os principais pontos polêmicos do substitutivo do Regimento:

Iniciativa popular de legislação — O PFL ataca também essa medida por dois lados. Por uma emenda, suprime o artigo 23, que permite que trinta mil cidadãos, coordenados por três entidades, apresentem projetos ao Congresso constituinte. Os pelefistas alegam que a medida tumultuará os trabalhos do Congresso constituinte.

### "Sexo neutro" provoca polêmica no plenário

O simples nome de uma das comissões constituintes —Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher— provocou ontem a apresentação de duas propostas de emendas apenas para modificar seu título, além de discursos em plenário. Para o deputado Rui Nedel (PMDB-RS), a expressão, se mantida no Regimento, poderá gerar "choques e confusões" quanto aos direitos e garantias individuais de "um possível sexo neutro".

Para evitar esta situação, Nedel propôs que a expressão "Direitos e Garantias do Homem e da Mulher" seja substituída por "Direitos e Garantias da Pessoa Humana". Também o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), ocupou a tribuna para protestar contra a expressão "Homem e Mulher". Para

te e desvirtuará suas atribuições. Na outra emenda, baixam de 30 mil para cinco mil o número mínimo de assinaturas exigidas. Já o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, pede a supressão do artigo 23, afirmando que a iniciativa popular "é medida demagógica e deve ser amplamente repudiada".

Prerrogativas — O PFL quer a supressão dos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º, que afirmam que os constituintes são invioláveis por suas palavras, opiniões e votos no exercício do mandato. Idêntica medida foi sugerida pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Audiências públicas — O deputado Amaral Netto quer a supressão das audiências públicas das subcomissões (pelo substitutivo, serão de cinco a oito) para debates com a sociedade. Diz que não havrá tempo.

Referendo popular — O PFL e o senador Virgílio Távora (PDS) pediram a supressão de qualquer referência a essa medida — que deveria aprovar a futura Constituição — no Regimento Interno.

Câmara e Senado — Chiarelli, Lourenço e Távora querem que a

Amaral, no entanto, basta o termo "Homem". Esta palavra, segundo ele, resolve o assunto sem ambiguidades.

O representante do PDS na comissão que redigiu o regimento provisório, deputado José Bonifácio de Andrade (MG), apresentou uma proposta de emenda para que o Congresso constituinte possa convocar, "além de filólogos, outros especialistas de notável saber". Bonifácio afirmou que "Constituição é a medida básica do Direito. Quando crie uma expressão, ela passa a existir de fato". Como exemplo de "influência marxista" no projeto de Regimento Interno, ele citou a subcomissão dos Direitos Coletivos. A expressão "Direito Coletivo", segundo ele, não existe no Direito clássico brasileiro.

Câmara e Senado decidam sobre seu funcionamento. O substitutivo prevê que as duas Casas deverão se adaptar ao Regimento do Congresso constituinte.

Comissão de Sistematização — A maioria dos constituintes quer que essa comissão apenas compatibilize os projetos que receberam das demais comissões constitucionais. Se houver impossibilidade, caberá ao plenário decidir. Isso poderá ocorrer, por exemplo, se uma comissão aprovar o aborto e outra o rejeitar. Se não houver possibilidade de acordo, o plenário decidirá.

Quórum — Todos os partidos, inclusive o PMDB, admitem o rebaixamento dos números de assinaturas para pedidos de verificação de presença, votação, pedidos de informação, destaque, etc. Os números variam. O PTB quer que elas baixem para quinze, como forma de atender os pequenos partidos. Alguns pelefistas propuseram vinte. Cardoso diz que espera um acordo entre todos os partidos. Segundo ele, os dois números que apresentou, 56 e 94, foram de acordo com o PMDB e o PFL.

### CNBB convida políticos para debater mudanças

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promove hoje, às 20h, em sua sede em Brasília, uma reunião com parlamentares constituintes com os quais pretende discutir "a construção de uma sociedade justa e fraterna" no Brasil, mediante "distribuição equitativa do poder e das riquezas". A CNBB convidou todos os 559 constituintes para o encontro, e espera o comparecimento de cerca de cinquenta deles. Confirmaram suas presenças o presidente da entidade, d. Ivo Lorschtein, o vice-presidente, d. Benedito Ulhôa Vieira, e do secretário geral, d. Luciano Mendes de Almeida, além dos oito bispos que compõem o CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), órgão executivo da CNBB.

A CNBB começa a utilizar, a partir de hoje, um canal de rádio cedido pela Embraer para a transmissão de um boletim diário sobre o Congresso constituinte. Gerado em Brasília, o boletim será transmitido para as rádios Aparecida, de Aparecida (SP), e Difusora de Goiânia (GO), das 18h30 às 20h. Através destas emissoras, o boletim será retransmitido para as 103 rádios católicas de todo o país. Um outro informativo da Igreja sobre o Congresso constituinte está sendo retransmitido periodicamente, via telex, para 73 instituições ligadas à CNBB.

Caso seja aprovada a proposta de implantação de oito comissões para trabalharem na elaboração da nova Constituição, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, poderá ampliar de cinco para oito o número de assessores parlamentares no Congresso Nacional para defender os interesses da Força. Na Marinha e Aeronáutica a posição até agora é de expectativa quanto à iniciativa do Exército.

O papel dos assessores parlamentares é levar até seus ministros os principais assuntos debatidos no Congresso e defender junto a deputados e senadores os interesses dos militares. Com a instalação do Congresso constituinte essas funções crescem de importância, já que os militares tentarão, manter sem alteração os artigos referentes às Forças Armadas contidos na atual Constituição.

A questão mais polêmica é a referente à defesa interna. Os ministros militares já se pronunciaram contra a alteração do atual papel das três Forças de defender e assegurar a ordem interna. Os ministros militares são contrários também à extensão do direito de voto aos soldados e cabos, argumentando que isso levaria para a caserna a discussão sobre assuntos políticos. As Forças Armadas não concordam ainda com a absorção dos ministérios militares num Ministério da Defesa.

X ANC ANC  
Da Sucursal de Brasília

Com projetos separados de emendas ao substitutivo do Regimento Interno, PFL e PDS juntaram-se ontem para tentar derubar a soberania do Congresso constituinte, a iniciativa popular de legislação e a submissão da futura Constituição a um referendo popular. Pelefistas e pelefistas visaram particularmente, com suas emendas, tentar suprimir o preâmbulo do substitutivo, que afirma a soberania do Congresso constituinte para "soberano qualquer medida que ameace seu funcionamento", e o parágrafo 7º do artigo 58, que cria o "projeto de decisão". Por esse projeto, os constituintes poderão suspender a vigência de artigos da atual Constituição.

Pelos cálculos da Secretaria da Mesa do Congresso constituinte, mais de trezentas emendas haviam sido apresentadas até as 15h de ontem, quando se encerrava o prazo para o recebimento de projetos de modificação do substitutivo. As 18h15, a Secretaria despachou para o relator do Regimento, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), as primeiras 115 emendas já numeradas.

Falando aos jornalistas às 16h, em seu gabinete, Cardoso disse que vai apresentar, até 15h de hoje, um novo

substitutivo, aceitando ou rejeitando as novas emendas, ou um parecer para cada uma em separado. Isso porque o Congresso constituinte deverá aprovar, ainda hoje, com uma sessão extra, seu Regimento definitivo. Segundo as normas provisórias, o Regimento tem que ser votado em até sete sessões, que começaram a se realizar na tarde de sábado passado.

### Poucas mudanças

Cardoso disse que não pretende aceitar mudanças substanciais no preâmbulo e no parágrafo 7º do artigo 58, que consagram a soberania do Congresso constituinte. Acrescentou que, após a reunião que terá com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, poderá apenas fazer uma mudança: suprimir desse parágrafo a possibilidade de, com um parecer negativo, a Comissão de Sistematização provocar o arquivamento de um "projeto de decisão".

O senador afirmou ainda que, se houver um entendimento entre os partidos, poderá também aceitar um rebaixamento do número mínimo de constituintes para a apresentação de requerimentos de verificação de quórum, votação, pedidos de informação etc. Pelo seu substitutivo, esses números variam entre 56 e 94. Um rebaixamento favoreceria os pequenos partidos. No entanto, o senador disse que não admitirá modificações no iniciativa popular de legislação, mesmo que fosse para ampliar os prazos de apresentação de projetos, como quer o PC do B.

## Sarney suspende articulação para a reforma ministerial

O presidente José Sarney suspendeu, por prazo indeterminado, todas as articulações que vinha fazendo no sentido de alterar a composição do ministério. A decisão foi motivada pelas recentes medidas na área externa (suspensão do pagamento dos juros da dívida) e, segundo o presidente, argumentou junto a um dos ministros, agora é preciso esperar "baixar a poeira na área econômica".

A decisão do presidente, porém, não se deve apenas à eventual reação dos credores externos. Existe uma outra variável importante no quadro da política interna, que é o comportamento indefinido do Partido da Frente Liberal (PFL) em relação à Aliança Democrática. Como não se sabe se o PFL permanecerá ou não na coligação que apóia o governo, o presidente também resolveu considerar esse fator de dúvida.

As articulações em torno da nova composição ministerial começaram, na verdade, antes das eleições do dia 15 de novembro. Já naquela época, o presidente José Sarney considerava "inevitável", diante da composição de forças que saíram das urnas, mudar sua equipe a fim de garantir

sua sustentação no Congresso. A movimentação crescia à medida em que a crise econômica afastava o PMDB e o PFL do Palácio do Planalto. Logo após as eleições, setores do PMDB pressionaram por mudanças no ministério, em especial pela saída do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Mas o partido recebeu recados de que o presidente não poderia ceder à pressão, pois ficaria enfraquecido perante a opinião pública. Já em dezembro, porém, Sarney indicava ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a disposição de alterar sua equipe.

Encarregado pelo presidente Sarney de promover a integração entre os coordenadores de bancadas federais do PMDB e do PFL, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), se reuniu com a sua primeira reunião com os pelefistas para tratar da assunção. O encontro aconteceu na sala da

Comissão de Saúde da Câmara, das 15h às 17h, e, nele, Sant'Anna pediu que cada coordenador atue como um "vice-líder do governo", pois representam "a consolidação da liderança da maioria nos Estados".

## Righi vai atrás de Maciel para obter indicação do governador de Roraima

O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Gastone Righi (SP), esteve ontem à tarde no Palácio do Planalto para tentar obter do governo federal a indicação do brigadeiro e deputado federal Ottomar Souza Pinto para o cargo de governador do Território de Roraima (a indicação dos governadores de Territórios é feita pelo presidente da República).

Esta é uma das reivindicações do partido para ingressar na Aliança Democrática. Além do governo de Roraima, o PTB quer também participar na composição ministerial.

"Queremos ministério, sim. E por acaso é feio querer ministério? Feio é usar o ministério fisiologicamente", disse Righi, pouco antes de chegar ao Palácio do Planalto.

O líder do PTB tentou falar com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, que naquele momento autografava um livro de sua autoria no comitê de imprensa do Palácio. A conversa entre Maciel e Righi limitou-se a um rápido encontro no corredor que dá acesso ao Gabinete Civil.

Pouco antes, no elevador, Maciel evitou falar muito sobre a reivindicação do PTB. Disse apenas que "não se deve usar essa questão do PTB como uma questão meramente fisiologica".

Com base nestes números, Gastone Righi acha que Souza Pinto deveria ser o novo governador do território. Para isso, porém, o governo teria que afastar o atual governador, o economista Getúlio Cruz, do PFL. Mais tarde, também no Palácio do Planalto, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA) avisou: "Ninguém vai tirar nada do PFL".

Gastone Righi citou ontem, em conversa com jornalistas, alguns nomes do PTB que poderiam ser aproveitados no ministério, se houvesse uma decisão neste sentido do governo. Entre eles, o ex-ministro Roberto Gusmão, o advogado Clóvis Ramalho e o professor e especialista em drogas José Elias Murad.

### QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

	PRESENTES	AUSENTES
Congresso Constituinte	173	386
Senado	PRESENTES	AUSENTES
Câmara dos Deputados	em recesso	
Assembleia Legislativa	PRESENTES	AUSENTES
Câmara Municipal	não há sessão	às segundas-feiras